

ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

(Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 013-DL, de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52 inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Dado Cherem, por um período de sessenta dias, a contar de 15 de abril do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de abril de 2014.

ATO DA MESA Nº 10-DL, de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto do art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão **Ciro Marcial Roza**, 5º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado **Dado Cherem**, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de abril de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI**
Presidente, e.e." [sic]

Como o deputado **Ciro Roza** já prestou juramento neste Parlamento, nós o declaramos empossado.

O Sr. Deputado **Dóia Guglielmi** - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre **Pedro Baldissera**) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado **Dóia Guglielmi**.

O SR. DEPUTADO **DÓIA GUGLIELMI** - Sr. presidente, quero cumprimentar o nosso vice-prefeito de Criciúma, **Verceli Nunes Coral**, da mesma forma a **Geovânia de Sá Rodrigues**, vereadora mais votada em Criciúma e com pré-disposição para disputar a eleição federal.

Sejam bem-vindos e boa estada nesta Casa! É sempre uma alegria poder recebê-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre **Pedro Baldissera**) - Feito o registro, desejamos boas-vindas a este Parlamento.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado **Antônio Aguiar**, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO **ANTÔNIO AGUIAR** - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense. Gostaria de fazer uma saudação especial ao ex-prefeito de Porto União, **Renato Stasiak**. Seja bem-vindo a esta Casa!

Quero dizer que amanhã a cidade de **Bela Vista do Toldo** comemorará 20 anos de existência e este deputado, como presidente da Câmara de Vereadores

de Canoinhas, à época, encaminhou a emancipação política daquele município.

Portanto, parabéns ao prefeito sr. Gilberto Damaso da Silveira, em seu nome parabenizo toda a comunidade da cidade e gostaria de dizer que estaremos presentes lá amanhã juntamente com a população para festejar essa grande data.

Também quero reportar um importante documento que vou apresentar neste momento, que é a readequação do Hospital Sagrada Família, de São Bento do Sul, e isso significa que este hospital terá alta complexidade em oncologia.

Está de parabéns São Bento do Sul, esperamos o aval final da vigilância sanitária para que na semana que vem possamos fazer um convênio de R\$ 110 mil para essa readequação.

Foi uma longa jornada e tivemos que nos esmerar para que isso acontecesse. Agora chegamos praticamente na reta final com todos os itens preenchidos, com todo o trabalho feito e com toda a comunidade de São Bento do Sul, de Campo Alegre e Rio Negrinho querendo essa importante obra, esse importante benefício aos pacientes que são portadores de câncer, para que não mais viagem a Jaraguá do Sul e fiquem em São Bento do Sul, uma vez que o médico oncologista daquele município também se dirige a Jaraguá do Sul para atender os pacientes.

Isso mostra que a descentralização está funcionando. Esse é mais um ato de descentralização do governo.

Queria parabenizar o sr. governador, Raimundo Colombo, e o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, pelo andamento que estão dando, juntamente com a secretária Tânia Eberhardt e o secretário adjunto Acélio Casagrande e toda a sua equipe.

Queremos agradecer a todos os colaboradores que ajudaram, no sentido de fazer com que esse passo importante para o credenciamento da quimioterapia em São Bento do Sul se realizasse.

Nós temos também que falar, especialmente, do senador Luiz Henrique da Silveira. Quero relatar aqui o pronunciamento que ele faz para os nossos

companheiros peemedebistas, principalmente a você, delegado, que vai votar no dia 26.

Vou ler a carta, então, do senador.

(Passa a ler.)

“Carta aos peemedebistas

Joinville, 30 de março de 2014

Prezadas e prezados companheiros,

Em 15 das 16 eleições que dispuitei, levei, sempre, o PMDB velho de guerra a retumbantes vitórias. Sempre que o partido me convocou (inclusive para eleições quase impossíveis, como para prefeito, em 1966, e para governador, em 2002), ofereci o meu nome, sem nenhuma hesitação, para elevar, sempre bem alto, a bandeira do PMDB. Para enfrentar o pleito municipal, renunciei a uma eleição certa de presidente da Câmara dos Deputados, para poder concorrer a governador, renunciei a dois anos e nove meses do mandato de prefeito.

Em 1989, nosso partido tinha 22 dos 23 governadores e a maioria esmagadora dos senadores, dos deputados federais e estaduais, dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Era o único que tinha presença em todos os municípios!

Lançamos candidato a presidente da República o deputado Ulysses Guimarães, o maior estadista dos nossos tempos. Qual foi o resultado? O dr. Ulysses fez apenas 3% dos votos. Por quê? Porque ele era o vice-presidente, assumiu diversas vezes e ocupávamos espaços generosos no governo Sarney. O povo não acreditou que pudéssemos virar oposição de uma hora para outra.

Em 1988, pela mesma presunção de que o PMDB, sozinho, pode tudo, sofremos uma retumbante derrota para o governo do estado.

Estou no fim da minha vida pública. Com a minha longa experiência, cumpro a responsabilidade de alertá-los para que aquela triste história, que deixou o nosso partido tão fragilizado e desnorteado, não volte a acontecer.

Tenho respeito, admiração e afeição aos companheiros que defendem a candidatura própria. Também quero a volta do PMDB ao governo, mas, com toda certeza, isso acontecerá normalmente em 2018.

Alinho abaixo 15 razões para demonstrar que a análise sensata e equilibrada da realidade atual recomenda a manutenção da coligação que firmamos em 2010.

1. Quando nos coligamos para eleger o governador Raimundo Colombo, a lei já lhe assegurava o direito de postular a reeleição.

2. Somos governo, temos, no companheiro Eduardo Pinho Moreira, o vice-governador, além da maioria dos integrantes dos cargos de confiança.

3. Em Joinville, só elegemos o prefeito Udo Dölher, porque desembarcamos do governo municipal entregando todos os cargos um ano e seis meses antes das eleições!

4. Continuamos ocupando os cargos indicados pelo Partido. E se no dia 27 deixarmos todas as funções de confiança (o que seria o gesto de mínima dignidade política!), ainda assim o povo entenderia como decisão tardia e oportunista, o que, sem dúvida, repeteria o insucesso da candidatura presidencial do dr. Ulysses.

5. Não coligados, levaremos o Partido ao isolamento, ao enfranquecimento, e à impossibilidade de vencer, em candidatura solitária, ladeira acima.

6. Coligados, manteremos a vice-governança e, assim, assumiremos o governo em 2018, já que o governador Raimundo Colombo será candidato a senador.

7. Coligados, faremos eleição de morro abaixo, aumentando as nossas bancadas de deputados estaduais e federais, e os espaços no Governo. Assim, poderemos apoiar, ainda com mais força, os nossos prefeitos, nos seus atuais mandatos e nas futuras campanhas eleitorais.

8. Coligados, vamos negociar uma nova relação com o Governo Colombo, para restabelecer a força da descentralização, das Secretarias e dos Conselhos Regionais.

9. Coligados, seremos beneficiados pela geografia das urnas, o que aumentará, ainda mais, a presença do nosso Partido e dos nossos companheiros no Governo.

10. Coligados, seremos corresponsáveis pelo canteiro de obras em que o nosso governo tornará Santa Catarina, aplicando os nove bilhões de reais repassados pelo Governo Federal, cuja maioria dos investimentos encontra-se nas fases de projeto, desapropriação, licença ambiental ou licitação (o que demora, normalmente, de um a um ano e meio).

11. Coligados, preservaremos nossas posições no Governo, mantendo a visibilidade do PMDB, essencial para o maior êxito dos nossos candidatos à Assembleia Legislativa e ao Congresso Nacional.

12. Coligados, não entregaremos as nossas posições aos nossos adversários históricos, e, assim, não permitiremos a ressurreição das lideranças que derrotamos em quatro eleições recentes. Não se esqueçam: o político é o único animal que ressuscita!

13. Coligados, participaremos de uma enorme reunião de Partidos. E, assim, ocuparemos, de longe, o maior tempo de rádio e TV, o que aumentará significativamente o sucesso eleitoral dos nossos candidatos ao Poder Legislativo.

14. Coligados, manteremos a unidade do PMDB, sem ter que enfrentar o salve-se quem puder de uma ruptura abrupta com o Governo, às vésperas das eleições.

15. Não coligados, o que diremos? Que propostas apresentaremos? Teremos autoridade para criticar as políticas de saúde, da administração, da infraestrutura, da Justiça, da Celesc, do Deinfra, do Deter, da Fatma, do Iprev, da Codesc, da SCGás, e de tantas outras áreas que são geridas por companheiros do PMDB? Isso não vai levar como aconteceu com o dr. Ulysses, à divisão, ao descrédito e à perda do apoio popular?!

Companheiras e companheiros, observem que não há nenhum companheiro pleiteando candidatura própria, também, para Presidente da República. Por quê? Pelas mesmas dificuldades e obstáculos que detalhei acima: o vice-presidente da República é o nosso Presidente Nacional, Michel Temer; e o PMDB ocupa vários Ministérios e importantes cargos no Governo da Presidente Dilma Rousseff. Nossos companheiros sabem que por estas mesmas razões é

inviável tanto a candidatura a Presidente da República, quanto desembarque do Governo Federal, agora, tão perto das eleições.

Pedindo que reflitam sobre o passo que vão dar no dia 26, peço-lhes o voto pela coligação, para que a continuidade do projeto vitorioso potencialize, ainda mais, a grandeza do nosso PMDB, assegurando-lhe a volta ao cargo de Governador do Estado em 2018.

Em 2018, encerro a minha vida pública. Minha última missão será levar o PMDB de volta ao Governo do Estado, daqui a apenas três anos.

Forte abraço.”[sic]

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero registrar a presença de vários promotores e promotoras do Ministério Público que se fazem presentes em nome do promotor Fabiano David Baldissarelli, de Chapecó.

Queremos cumprimentá-los, sejam bem-vindos. Também todos os servidores e professores que já começam a se deslocar a esta Casa para acompanhar a votação da medida provisória da Educação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito seria o deputado Serafim Venzon, que trocou o seu horário com a deputada Angela Albino.

Então, com a palavra, a sra. deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados.

Eu vim tratar de outro tema, mas não posso deixar de dizer que este texto do senador Luiz Henrique da Silveira, em minha opinião, tem um destaque freudiano quando ele diz que a coligação com o PSD é ladeira abaixo.

Não sei na terra do governador, mas, na minha terra, ladeira abaixo quer dizer que a vaca foi para o brejo. Eu não entendi o que ele quis dizer com ladeira abaixo, no sentido de ser mais fácil. Para mim, ladeira abaixo é uma adjetivação negativa.

Mas vim à tribuna, na tarde de hoje, para dois apontamentos. Primeiramente, parabenizar a Câmara de Vereadores de São José por ter aprovado a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que ainda é uma ferramenta que nós não temos em todos os municípios do estado de Santa Catarina e que é muito importante, particularmente na garantia do direito das mulheres no que tange o enfrentamento da violência doméstica. Então, parabéns à Câmara de Vereadores do município de São José.

Particularmente, venho à tribuna hoje em torno de uma demanda apresentada aqui por colegas que são servidores do nosso Museu Victor Meirelles, na pessoa da senhora Lourdes Rossetto, que está aqui hoje e é diretora daquele museu.

No dia 10 de dezembro do ano passado, deu entrada a um projeto de lei aqui na Casa em que o governo do estado cede ao Iphan aquele imóvel. O problema, senhores, é o prazo, pois o Museu Victor Meirelles entrou, para nossa alegria, na obra do PAC das cidades históricas. Acontece que o prazo para licitação das obras do PAC das cidades históricas é 31 de julho de 2014, para que as obras possam ser contratadas e finalizadas até 31 de dezembro do ano seguinte.

A nossa preocupação é porque se trata de um projeto sonhado há muito tempo por quem está naquele museu, que é um patrimônio do estado de Santa Catarina. É muito apreciada, muito difundida, a sua obra Primeira Missa no Brasil, mas não é nem a maior nem a mais bela das suas obras. Há um acervo extraordinário.

Aquela casa que abriga o museu e onde hoje está a Associação Catarinense de Imprensa, e que é exatamente o objeto desse projeto que está incluído no PAC das cidades históricas, foi a casa de Victor Meirelles. Recentemente, foi descoberto

no inventário do pai de Victor Meirelles que aquela era a casa dele.

Para nós, portanto, tem um valor muito significativo que possamos dar esta modesta contribuição, que é aprovarmos e termos a sanção governamental, antes do dia 31 de julho, deste projeto de lei, o PL n. 576.3/2013, que autoriza doação de imóvel no município de Florianópolis, que é esse do Museu Victor Meirelles.

Vejam senhores, no início da contratação do projeto, era pouco mais R\$ 2,7 milhões que seriam destinados àquela obra, mas hoje já está em quase R\$ 4 milhões e, se essa Casa não conseguir aprovar o projeto de lei e obter a sanção governamental até o dia 31 de julho, nós vamos perder esse investimento. Portanto, vamos perder a chance de revitalizarmos o nosso Museu Victor Meirelles.

E me dizia a sra. Lourdes que o projeto não é só para o Museu, o projeto, segundo o relato, é de revitalizar todo aquele entorno. Quem é de Florianópolis sabe que o entorno do Museu Victor Meirelles hoje é uma área de grande vulnerabilidade social. Hoje o entorno do Victor Meirelles é uma área que abriga pessoas que consomem drogas e dormem ali durante o dia. É um perigo transitar ali.

E a proposta que foi incluída e que está detalhada em nosso projeto de lei é de poder retomar o espaço do Museu Victor Meirelles, ampliar suas instalações naquela que também era a casa de Victor Meirelles, poder na sequência tratar todo o entorno, parte da nossa cidade que é aquele setor bastante abandonado, historicamente abandonado.

Portanto, para nós é de grande valia que esta Casa Legislativa possa dar, digo novamente, uma modesta contribuição de aprovar o projeto de lei a tempo de o governador sancionar e publicar a lei até 31 de julho. Estamos com este projeto parado desde dezembro do ano passado. É claro que envolve uma negociação com a Associação Catarinense de Medicina. Também, se não me engano, com os praças, com a associação dos que estiveram na guerra.

Mas é óbvio que o tempo de aceite à sua casa nova, prevista para dezembro, não é o tempo deste objeto aqui. O que se pede é que a lei possa acontecer agora, que a aprovação da lei possa acontecer até o dia 31 de julho para que na sequência possamos ter os atos administrativos que viabilizem de fato o uso desses R\$ 4 milhões, senhores.

O estado de Santa Catarina está, pelos seus extraordinários índices de desenvolvimento humano, obviamente aquém do que deveria no desenvolvimento da cultura, e não nos falta, inclusive, orçamento, mas nos falta historicamente uma política estadual de cultura. Temos um fundo cultural que já foi objeto de manifestações escandalosas do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, da forma como é gerido, historicamente gerido, mas agora não se trata sequer de contribuição do governo estadual acerca desse projeto mas, na verdade, de uma doação simples.

O que se está se propondo nesse projeto é um permuta de um imóvel que é da União, na Rua Araci Vaz Callado, no bairro Estreito, que é usado no governo do estado que possa ir para o governo do estado e que o estado em troca possa doar esse imóvel para podermos dar conta desse projeto que já está há uma década em discussão, que é a ampliação e a modernização do nosso Museu Victor Meirelles.

Reativar as nossas raízes, permitir que as nossas raízes culturais, inclusive, fiquem para o futuro, é uma tarefa geracional nossa. Discutir a cultura na perspectiva de gerações futuras para nós é uma tarefa que está muito espelhada neste projeto de lei, que repito, necessita apenas desta Casa do governo do estado, da aprovação e publicação da lei até 31 de julho de 2014. É um tempo exíguo porque ainda precisa terminar de passar nas comissões, precisa ir à sanção governamental e depois à publicação.

Portanto, nos urge tomar esta decisão de colocar este projeto de lei em andamento, colocar este projeto de lei definitivamente em condições de ser sancionado pelo governo do estado para que

não percamos esses R\$ 4 milhões que são necessários ao Museu Victor Meirelles e aos que se importam com a capital dos catarinenses, ficam preocupados, como vários de nós estamos, entre os quais eu me incluo, com o entorno do Museu Victor Meirelles, uma área belíssima que conta com alguns prédios históricos belíssimos, mas é uma área que a partir de uma determinada hora do dia não se pode mais transitar.

Eu gosto muito e frequento aquela região e ouço dos comerciantes a angústia que têm, pois a clientela já tem dificuldade em transitar pelo lugar.

Portanto, é um apelo que fazemos a esta Casa, no dia de hoje, a aprovação do projeto. Conversei com outros deputados da base do governo, no caso, o deputado Marcos Vieira, relator neste momento do projeto, que reafirmou ter procurado a secretaria de estado da Administração para fazer essa negociação que diz respeito à Associação Catarinense de Imprensa. Mas tenho a convicção de a Associação de Imprensa, defensora que é da cultura do estado de Santa Catarina, há de junto conosco, com esta Casa, com o governo do estado, com a direção do Museu Victor Meirelles, achar uma condição mais favorável para todos nós.

Obviamente, não estamos pedindo a imediata desocupação daquele imóvel, não é disso que se trata. O que se trata é da formalidade, da titularidade de aquele imóvel voltar para a União, para que se possa proceder a todos os encaminhamentos licitatórios necessários.

Portanto, o nosso apelo é para que a Casa se intere do tema e se empenhe para que a ampliação e a sua modernização do Museu Victor Meirelles seja uma realidade e um presente não só para Florianópolis, mas para todo o povo catarinense.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Inscrito para falar o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero inicialmente quero cumprimentar a todos estão na galeria da Casa. Cumprimentar também a vereadora de Criciúma Geovana de Sá, o vice-prefeito, o meu convidado especial sr. Artur Verani, também cumprimentamos o representante de Tijucas, Cláudio Eduardo de Souza, que vem a esta Casa trazer reivindicações relativas à segurança.

Quero ainda saudar o senador Luiz Henrique, o senador Aécio Neves e o nosso governador, que na semana passada empenharam-se sobremaneira acontecer a votação dos novos de cobrança das dívidas. Infelizmente, o modelo brasileiro coloca jugo sobre todos os prefeitos e governadores, justamente porque a arrecadação, em torno de 70%, refere-se ao governo federal, apenas 22% ficam no estado, e em torno de 10% ou 12% ficam para os municípios.

Só que isso é o que está na Constituição, mas na prática a sociedade brasileira manda muito mais dinheiro do que está prescrito na Constituição, que é justamente através dos empréstimos. O governo federal, numa cultura com os municípios e com os estados, em que a grande maioria das obras é feitas com recursos emprestados, financiados em longo prazo, como se recursos financiado não tivesse juros ou como se depois não precisasse ser pago.

Então, grande parte da nossa arrecadação, ou seja, dos estados e municípios em Santa Catarina ultrapassa 10%, 12% e até 13% do nosso limite, vai para o pagamento da dívida com a União. Então, aquilo que era para ser 23% da arrecadação, 13% de tudo que arrecadamos acaba indo para a União novamente a título de pagamento da dívida. De forma que é muito menos, então, do que esse 26% da arrecadação. Com os municípios acontece a mesma coisa.

Por isso, então, que criaram um novo critério para o pagamento da dívida com os juros menores, ou seja, pelo Índice Geral de Preço - IGP - mais 9% de juros.

Pelo projeto passaríamos a pagar o Índice Nacional de Preço ao Consumidor mais 4%. Então, isso significa uma redução relativamente boa de juros que ao longo prazo vai significar alguns milhões ou até bilhões, com o tempo, em recursos que são espoliados do estado constantemente e que farão faltas, sim, pois nós não estamos apenas devolvendo o dinheiro. Trata-se de governo pagando juro para governo. Além de todos os impostos que pagamos, pagamos mais um pouco quando devolvemos os recursos.

E atualmente o governo do estado até está recebendo um recurso razoável com o apoio do governo federal, mas grande parte é dinheiro negociado. A presidente Dilma Rousseff está negociando, vendendo dinheiro para o estado. Esses R\$ 10 milhões que estão vindo agora, certamente, irão passar de R\$ 20 milhões até o momento em que formos pagar. Então, essa redução significará um alívio um pouquinho maior com relação à questão da dívida.

Um segundo assunto que queria abordar é justamente com relação à questão da segurança, que é como uma doença. Quando se fala em Aids, tumor cerebral, todos acham que acontece somente com os outros, nunca consigo. Quando se fala num assassinato, num latrocínio, todos acham que acontece apenas com os outros, mas na verdade os índices de criminalidade estão aumentando muito. Por isso é preciso mais rigor no trato dessa questão.

Em breve, estarei acompanhando uma comissão de líderes do município de Tijucas, vereadores principalmente, no sentido de levar essa preocupação ao secretário Cesar Grubba.

É uma tendência acharmos que em Santa Catarina estamos bem, mas não é bem verdade. Certamente muitos dos srs. deputados acompanharam na semana passada o relatório apresentado pela ONU relativo a homicídios ocorridos em 2012.

(Passa a ler.)

"De acordo com o Estudo Global sobre o Homicídio em 2013, que traz dados relativos ao ano de 2012, o Brasil teve 50.108 homicídios, o que

representa a pouco mais de 11% de todos os 437 mil assassinatos cometidos no mundo. Segundo a ONU, o Brasil mantém uma taxa estável de homicídio no panorama geral - em 2012, esse número foi de 25,1 homicídios dolosos por 100 mil habitantes."

Nós já relatamos aqui que em Santa Catarina esse índice fica em torno de 12%. Há uma estatística levantada pela SSP de Santa Catarina de que o nosso índice gira em torno de 6%. Mas o estudo realizado pela ONU coloca Santa Catarina com 13%. E esse número varia de estado para estado.

(Continua lendo)

"Enquanto nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo o número de homicídios tem caído, no norte e no nordeste do país houve um crescimento. Mas, em Pernambuco, ao contrário dos outros estados do nordeste, houve uma queda significativa em torno de 31%.

No relatório que foi apresentado em Londres, na quinta passada, revela que das 437 pessoas que foram assassinadas, há dois anos, 80% eram homens e 95% dos matadores também eram do sexo masculino."

Há uma necessidade urgente, então, de se entender essa questão da criminalidade que acontece em todos os lugares, mas principalmente, aqui no estado. Mesmo tendo os índices relativamente bons no Brasil, temos que lembrar que a média global é em torno de 6,2% e os países asiáticos, a Europa e até alguns países da África estão melhor do que Santa Catarina.

Por isso, cumprimentamos o secretário César Grubba, e quero dizer que estamos apoiando as suas ações, mas precisamos fazer mais esforço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Encerrado o horário das Breves Comunicações.

Senhores deputados e senhoras deputadas, seguindo o roteiro da sessão teríamos agora o horário destinado aos Partidos, no entanto, em cumprimento ao que dispõe o art. 101 da Constituição do Estado de Santa Catarina, o

excelentíssimo sr. Procurador-Geral de Justiça solicitou espaço, nesta sessão, para apresentação do relatório anual das atividades do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Portanto, neste momento, eu suspendo a sessão por até uma hora.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Dado o baixo quórum, deixaremos a Ordem do Dia para amanhã.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, queria rebater o que o deputado Neodi Saretta falou aqui sobre a desumanidade das consultas que são feitas *on-line*.

Mas, gostaria de pedir aos promotores também que fizessem uma visita ao Hospital Universitário onde a metade dos leitos da UTI não estão sendo utilizados, inclusive os leitos dos queimados e a ala psiquiátrica. A clínica de internação também não está sendo utilizada. Então, são cem leitos que não estão sendo utilizados no Hospital Universitário, que é de responsabilidade do governo federal.

Portanto, peço aos srs. promotores para irem ao Hospital Universitário para checar as irregularidades que lá estão acontecendo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, estou justificando a minha ausência agora, porque tenho um voo para Brasília, uma reunião marcada amanhã de manhã com o ministro da

Saúde para tratar das 30h para enfermagem. Assim, justifico a minha ausência.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Devidamente justificativo por uma boa causa, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, queria registrar o aniversário de 45 anos da Cooperativa Central Aurora Alimentos que congrega 62.800 famílias rurais e também 12 cooperativas afiliadas.

Comemora, hoje, 45 anos de muito trabalho e construção de oportunidades, tanto no campo quanto na economia no estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

A Sra. deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero cumprimentar os educadores da rede estadual de ensino que aqui se encontram e fazer uma solicitação à Presidência. Estava na Ordem do Dia a votação do Projeto de Lei de Medida Provisória n. 193, que fixa os valores dos vencimentos do Magistério público estadual.

Não há acordo para retirar a pauta da Ordem do Dia. Nós queremos a votação hoje.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A Ordem do Dia já foi encerrada, deputada, e transferida para amanhã, havia baixo quórum, está encerrada a Ordem do Dia e estamos em Explicação Pessoal.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, estou pedindo para...

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não pode deputada. Foi transferida para amanhã.

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, tínhamos quórum no início dos trabalhos da sessão, poderíamos ter votado. Então, entendemos que estava pautado para hoje e não houve acordo de líderes.

Assim, consideramos lamentável essa posição de retirar o projeto de pauta hoje.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Dirceu Dresch tínhamos menos de 15 deputados em plenário e a matéria está vencida.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, para deixar registrado, v.exa. fez um acordo, mas não houve acordo de líderes, quer dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havia quórum sr. deputado.

Matéria vencida.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital. Queria dizer aos professores que concordo plenamente que a suspensão da Ordem do Dia foi equivocada e acho justa a manifestação e o repúdio de vocês neste momento. Votaria e votarei conforme a posição que vocês têm, contrário à medida provisória. Tenho certeza de que neste momento este plenário teria mais do que o quórum necessário para votar. Portanto, não seria necessário ter sido suspensa à Ordem do Dia, na minha avaliação. E como já foi manifestado não

houve acordo de líderes para a suspensão da Ordem do Dia.

Tenho um assunto importante. Vocês estão de parabéns pela luta, pela educação, pela luta de valorização da carreira dos servidores, dos trabalhadores da educação do estado.

No entanto, nós temos nesta data, 15 de abril de 2014, outro problema social bastante agudo nesta cidade, nesta capital. Trata-se de um problema que interessa e precisa interessar ao conjunto da classe trabalhadora catarinense e ao conjunto da sociedade catarinense. Falo da data limite para a desocupação do terreno na SC-401 por parte dos integrantes da Ocupação Amarildo de Souza. Trabalhadores e trabalhadoras sem-teto, sem-terra, desta Grande Florianópolis que buscam um espaço de dignidade para morar e para viver.

Este deputado, a deputada Luciane Carminatti, o deputado Padre Pedro Baldissera e outros deputados desde a semana passada temos buscado intermediar a relação com as autoridades dos governos no sentido de se encontrar uma saída negociada para esse impasse.

O nosso gabinete teve, sim, essa disposição, porque sabemos que seria e será, e pode ser ainda, muito dramática e inclusive trágica a retirada daquelas famílias daquele terreno com o uso da força policial. E como integrante da classe trabalhadora, como defensor da legitimidade do movimento por terra, por trabalho e por teto, mas também como policial militar, e agora exercendo a função parlamentar, tenho, sim, feito esforço no sentido de evitar por todos os meios que haja confronto.

Há seis dias temos buscado acordo com as autoridades, que têm lavado as mãos, preciso deixar isso absolutamente público para o conjunto da sociedade catarinense. Há seis dias as autoridades, inclusive do governo de Santa Catarina têm lavado as mãos com relação à possibilidade de um confronto de proporções trágicas às margens da SC-401.

Quero dizer e manifestar nesta tribuna que é uma inverdade, portanto, uma mentira o que alguns

formadores de opinião têm dito que os integrantes da Ocupação Amarildo não querem cumprir o acordo de sair daquela área no dia 15 de abril, e que já teriam rompido o acordo. Isto é mentira!

Testemunho em qualquer lugar que eles estão, e eu só tenho procurado ajudar e contribuir desde quarta-feira da semana passada, buscando um espaço alternativo, para que possam sair de forma organizada, de forma pacífica e de forma digna do terreno às margens da SC-401.

E quero repetir que as autoridades estaduais, federais e municipais têm feito ouvidos de mercador, estão lavando as mãos para a possibilidade de uma tragédia nesta cidade capital. Eu fico indignado com isso, porque é a minha corporação, a Polícia Militar e os meus colegas de trabalho, os policiais militares, que vão ter que cumprir a ordem absurda e ridícula de tentar fazer evaporar o povo pobre desta Grande Florianópolis. Eles estão tentando uma área alternativa, deputado Kennedy Nunes, repito, há uma semana com o nosso trabalho em conjunto, mas as autoridades disseram não.

Na última noite ficamos até as 4h30, deputado Kennedy Nunes, conseguimos uma propriedade de responsabilidade privada na região do Maciambú, em Palhoça, na Grande Florianópolis, e estava tudo organizado e preparado para o deslocamento na tarde de hoje, e este deslocamento já estaria começando e sendo realizado, os caminhões já estavam lá e as famílias já haviam desmontado os barracos e as suas casas. Havia também acordo com as lideranças indígenas já construído na noite de ontem. Mas eis que a Funai - Fundação Nacional do Índio - disse não. Agora à tarde disse não! E todo o trabalho de uma semana, e todo trabalho da madrugada que se passou, com o Padre Luiz Prim, com o Ministério Público Federal, acordando autoridades de madrugada para buscar fechar um acordo que fosse possível e viável, foi por água abaixo.

Este foi o grande trabalho, justamente para que não se falasse em desordem, para que não se falasse em outras coisas.

A Funai embargou o deslocamento para o Maciambú, deputada Angela Albino, agora à tarde. Está ocorrendo uma reunião no Ministério Público Federal, para tentar reverter esse quadro. Está-se instalando o pânico no acampamento Amarildo de Souza, evidentemente.

Quero repetir, para terminar, que todas as autoridades que lavaram as mãos não serão isentas da sua parcela de responsabilidade, caso uma tragédia aconteça. É possível, ainda, evitar. Há autoridades com poder para evitar, e se não o fizerem terão que ser responsabilizadas pública e politicamente pela omissão. Não é possível fazer pobre evaporar. Se não entenderem isso ocorrerá uma tragédia!

Quero repetir, de forma mais ou menos objetiva: os participantes da Ocupação Amarildo querem cumprir o acordo. Um acordo tinha sido feito esta madrugada com os responsáveis legais, inclusive por fazê-lo. A Funai - Fundação Nacional do Índio -, está impedindo que o acordo seja cumprido, ou seja, a transferência de todas aquelas famílias para o Maciambú. E todas as autoridades que lavaram as mãos não ficarão isentas de responsabilidade. Eles querem cumprir o acordo, mas não dá para fazer povo evaporar, que parece é intenção de muitos pertencentes aos detentores de poder, as classes econômica e politicamente dominantes neste estado.

É lamentável que isso ocorra. Espera-se que ainda se possa resolver isso pacificamente e de forma organizada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero cumprimentar todos os professores estaduais que aqui se encontram e iniciar a minha fala fazendo um registro, sr. presidente. Gostaria que constasse em ata que é a segunda vez que esta Casa desrespeita os professores estaduais catarinenses.

(Palmas das galerias)

Não vamos nos esquecer que em 2012 esta Casa estava lotada de servidores e naquela ocasião foi mudado o Regimento Interno de forma golpista para votar, porque não havia possibilidade regimental de votar aquela medida provisória em 2012.

Mudou-se o Regimento Interno desrespeitando todos os deputados que queriam apenas que as comissões funcionassem e que o Plenário pudesse ter a isenção necessária para a votação.

Quando chegamos, hoje, na sessão vimos que está aqui na Ordem do Dia, como primeiro ponto de pauta, a votação da medida provisória que trata do piso e vencimento do Magistério. Segundo golpe na categoria: não será votada hoje. Vocês estão aqui e precisa-se dizer a verdade!

Então, quero fazer um pedido: que os educadores estejam amanhã aqui, quando formos votar, porque os deputados não têm que ter vergonha de votar e têm que assumir o voto, seja favorável ou contra!

(Palmas das galerias)

E como estava na pauta, quero pedir aos educadores muita atenção para dizer como é que dá, sim, para se pagar os míseros 8,5% retroativos a janeiro. Quero que prestem atenção nessas informações! Todas as informações que eu vou trabalhar encontram-se neste livro que não é da deputada Luciane Carminatti, e sim do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Portanto, um órgão responsável pela fiscalização dos números da educação. Tudo se encontra aqui!

Então, vamos lá: este ano, segundo dizem o secretário da Educação e este livro do Tribunal, será gasto do Fundeb para a folha de pagamento 93.52%. Pode parecer muito aqui. O secretário tem dito que quase 100% do Fundeb está sendo usado para pagar a folha.

Então, vamos ao que há de dinheiro na Educação. Primeiro, o Fundeb representa mais ou menos 20% do dinheiro da Educação. Sobram 5% ainda. E os outros 5%? Esta é a primeira pergunta. Dos outros 5% ninguém fala!

Mas vamos aos números atrasados. De 2008 a 2012, segundo o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, não foi aplicado de dinheiro na Educação R\$ 1,23 bilhões. Por quê? Porque dinheiro pago com o salário dos inativos deveria sair do caixa geral do estado e não dos 25% da Educação.

Além do não gasto, uma vez que foi utilizado indevidamente o pagamento para os inativos... E quero deixar aqui bem claro que não tenho nada contra os professores aposentados, mas esse salário tem que sair do caixa geral, senão maquiemos o dinheiro dos 25% da Educação.

Temos outro rombo na Educação: R\$ 816,97 milhões, que é o que não é computado do Fundo Social e do Seitec.

Portanto, já temos aqui de dinheiro a menos na Educação catarinense R\$ 2,46 bilhões.

Só no ano de 2012, temos do Fundo Social R\$ 129,8 milhões tirados da Educação!

Então, qual é a conta que fazemos? O governo diz que utilizou quase todo o Fundeb. Não questionamos quase todo o Fundeb; questionamos os outros cinco, questionamos os inativos e questionamos o Fundo Social e o Seitec.

Só para que os educadores e a sociedade compreendam, devo dizer que essa é uma conta em que vai o recurso do estado e lá não incidem os 25% da Educação. Essa conta é um jeito de não tributar os 25% para a Educação.

Mas aqui há outra notícia muito boa, inclusive: a previsão do Orçamento, da arrecadação do estado, para este ano, era, até janeiro deste ano, R\$ 21,3 bilhões.

Agora, 25 de março, o governo já alterou esta previsão. A economia em Santa Catarina está indo bem, a arrecadação está aumentando para R\$ 23,5 bilhões, portanto, uma diferença de R\$ 2,2 bilhões a mais do que havia de previsão.

E se considerarmos o piso e a remuneração dos demais estados do Brasil, Santa Catarina tem um dos piores pisos e remuneração na carreira, comparativamente aos demais estados da nação brasileira. Então, eu quero dizer o seguinte, companheiros da educação e quem nos ouve, Santa

Catarina vai arrecadar mais e a educação está perdendo dinheiro na contramão disso.

Eu sentei com o secretário da Educação, há 15 dias, para fazer as contas com ele, eu e o deputado Mauro de Nadal, da comissão de Serviço Público, a quem quero agradecer o empenho. Sentamos com ele e fizemos a seguinte conta. Questionamos o secretário Deschamps que diz não ter como garantir janeiro. Sugerimos começar a fazer as contas de trás para frente. Puxar a parcela de 4,5 que seria paga em setembro para o mês de julho.

Começando de trás para frente, quanto daria isso, secretário? Daria em torno de R\$ 40 milhões. Quarenta milhões se pegar 4,5, que seria a terceira parcela, de setembro para julho. Agora pega essa parcela de julho e joga para abril. Quanto dá isso secretário? Dá em torno de R\$ 100 ou R\$ 120 milhões.

Veja bem, abril é este mês, se quisesse resolver, deputados Kennedy Nunes e José Milton Scheffer, aquilo que o Magistério está pedindo e que não é muito. Vamos falar a verdade aqui, é muito pouco. É só 8,5% retroativo.

(Palmas das galerias)

Dá para o governo, sim, resolver. As contas estão mostrando que vai sobrar R\$ 2,2 bilhões. Nós não estamos pedindo R\$ 1 bilhão, R\$ 500 milhões, nós estamos pedindo R\$ 120 milhões agora para abril, ou então, retroativos a janeiro. Nós poderíamos trabalhar em torno de R\$ 300 milhões.

A conclusão da audiência que nós tivemos com o secretário, quando ele não tinha mais argumentos para justificar os números, foi a seguinte: isso tem que resolver com o secretário da Fazenda e o governador.

Então, quero dizer aqui, deputados da base do governo, que tem solução, tem saída, basta a decisão política que vai dizer que a educação desse estado de fato é importante para este governo e para a sociedade catarinense.

Nós estamos mostrando, tem um livro aqui, podemos deixar para vocês olharem. Todos os

deputados ganharam este livro. Todos. Está aqui, tem dinheiro para entrar na educação.

Então, eu quero dizer, colegas educadores, tem saída sim para resolver esta pauta. E quanto à descompactação da tabela, os educadores estão pedindo nada mais, nada menos, do que prazos, porque um governo que não dá prazos quer dizer que não quer resolver a descompactação da tabela.

E por último, o abono das faltas do Magistério - pela luta no ano passado para ter mais dinheiro para a Educação -, é mais do que justo, porque, na minha cidade de Chapecó, comissionados bateram ponto e foram para a festa de um deputado federal do PSD, e foi abonado o ponto.

Agora quem vai para a rua para lutar por mais dinheiro para a Educação tem que ser castigado?!

(Palmas)

Apenas estou aqui pedindo justiça! Justiça com os trabalhadores da Educação com o abano das faltas, pois comissionados tiveram liberação do ponto para ir a uma festa político-partidária no horário de trabalho! Por que o professor que vai à luta para conseguir mais dinheiro para a Educação tem que ser castigado? Então vamos fazer justiça!

Muito obrigada!

(Manifestação das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, trabalhadores da Educação catarinense.

Eu não poderia deixar de usar esta tribuna, sr. presidente, porque, em primeiro lugar, estava na pauta da Ordem do Dia de hoje a votação da Medida Provisória n. 0193/2014, que trata do reajuste do piso mínimo catarinense já em debate há vários dias.

Fizemos emendas, inclusive na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Agora, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que citou aqui a questão de recursos, e nem é este o debate que

está em pauta sobre o tema da educação, mas a decisão política do governo de priorizar ou não a educação catarinense. Esse é o grande debate que está em pauta!

Então, sabemos que há recursos e que há condições de fazer investimentos em educação, mas a questão central é a seguinte: ou o governo aposta na educação pública forte no estado ou aposta em desmonte da educação pública da municipalização, da terceirização e da privatização. Esse é o debate central que precisamos construir nesta Casa.

Eu li dados que me preocupam muito. A Fiesc divulgou que a educação privada cresceu quase 30% no ano passado. Isso me preocupa, por quê? Porque a educação pública não é valorizada e o governo apresenta uma medida provisória que traz reajuste do piso a partir de setembro para uma parte significativa e importante da educação que se preparou para dar um ensino de qualidade, que fez curso superior. Que tipo de prioridade, que tipo de estratégia educacional é essa? E aí fica claro para nós que não há prioridade na educação pública catarinense.

Quero conversar com a sociedade catarinense sobre a importância da participação de todos nesta luta porque dela depende, no futuro, a qualidade da educação dos filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Quem tem condições pode até colocar seu filho em uma escola particular, mas os trabalhadores e as trabalhadoras catarinenses que não têm essa condição, que tipo de educação teremos no futuro? Esse é o grande debate que precisamos fazer.

Então, professores, professoras e educadores esperamos vocês aqui, amanhã, para continuar essa discussão. Estrategicamente, o governo do estado retirou da pauta porque, talvez, haja alguém que não queira se expor aqui para votar neste ano eleitoral, inclusive contra os professores, por não ter reajuste retroativo a janeiro, pois estamos apresentando uma emenda à Medida Provisória n. 0193/2014.

Esse é o debate central que precisamos fazer para saber, de fato, quem quer uma educação de qualidade, quem quer fortalecer a educação pública do estado de Santa Catarina ou quem apenas quer fazer discurso em época de campanha. A sociedade catarinense precisa entender esse processo do que é um estado forte, do que é um investimento em educação de qualidade ou o que é terceirizar, municipalizar, privatizar a educação pública para as nossas crianças.

Então para mim esse é o debate central, e o próprio Tribunal de Contas quando fala e documenta que o estado está cumprindo a sua função, que está investindo constitucionalmente na educação, há um equívoco, e a deputada Luciane Carminatti apresentou dados que mostram - que o Sinte já está questionando - que o estado não está aplicando corretamente na educação e usa esse dinheiro para pagar os inativos, quando a lei não permite isso.

Então, o próprio Tribunal de Contas está fazendo ressalvas, mas apresenta documentalmente que o estado está investindo os 25% na Educação, quando não é verdade. Então, temos que questionar o fato de o Tribunal de Contas documentar que o estado está cumprindo sua missão.

Quero deixar registrado aqui justamente essa minha avaliação de que está em curso neste estado um processo de desmonte da educação pública e não há prioridades nos investimentos. Isso precisa ser denunciado para toda a sociedade catarinense.

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Inscrito o deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados prezados catarinenses que acompanham esta sessão, queria continuar esse debate que foi iniciado aqui. E como neste final de semana haverá a decisão de muitos campeonatos, queria fazer um comparativo, uma metáfora futebolística. Perder no campo nós aceitamos, mas

o time sair correndo e não disputar a partida é revoltante. Digo isso porque tínhamos condições de analisar essa medida provisória sem que houvesse nenhum tipo de transferência de votação. Nós tínhamos aqui a possibilidade de fazer esse debate tranquilamente no dia de hoje.

Deixando de lado essa preliminar, gostaria de colocar, de forma muito clara, que temos condições de ter a aplicação do piso na carreira do Magistério, porque Santa Catarina dispõe de recursos para isso. Mas, além disso, também é importante dizermos que a aplicação dos recursos deve ser feita de forma prioritária. E se Santa Catarina quer que a educação seja prioridade tem que transformar isso em números no Orçamento do estado, porque aplicar apenas 25% não é dar prioridade alguma, porque esse é o percentual mínimo a ser aplicado.

Por isso, apresentamos aqui na Casa uma emenda constitucional elevando para 30% os recursos a serem destinados à educação. Este é um momento importante, porque venho a esta tribuna e faço um apelo, não apenas para a votação desta emenda aqui na Casa, mas peço o apoio da categoria do Magistério, pois não adianta ficar sempre discutindo a migalha dentro dos 25%, o que tem é que assumir a causa dos aumentos dos recursos para a educação. Isso nos dá mais margem para podermos discutir os reajustes.

Em relação ao pagamento dos inativos também há uma proposta de emenda constitucional já aprovada, a sua admissibilidade, basta apenas votarmos o mérito que tramita aqui na Casa, proibindo essa manobra contábil do governo de incluir os gastos com os inativos no cálculo dos 25%. Os inativos são do estado, sim, são da área da educação, sim, precisam dos seus reajustes, mas os seus pagamentos não podem ser computados dentro dos 25%.

Então, são duas ações que julgo importante, e temos que fazer com que elas, de fato, sejam aprovadas.

Com relação à medida provisória, assinei como líder da bancada do PT - e digo que é de autoria

de todos os deputados da bancada - a emenda que prevê pelo menos a melhoria num pagamento único, que a própria categoria acha que não representa muito e concordo. Mas são ações que podemos fazer aqui para pelo menos amenizar a situação. E já tenho requerimento formulado, pedindo votação em destaque para essa emenda quando da votação.

Vou abordar outra questão, já que vamos voltar à discussão desse assunto do Magistério principalmente amanhã, e até porque hoje esta Casa já tomou a posição - não por votação, mas por acordo tácito da maioria dos deputados - de não votar. Quero trazer para v.exas. - e é importante que o pessoal do Magistério esteja aqui, pois Magistério não é apenas questão de professor e salário, é vida e saúde também - a ação desumana que Santa Catarina está fazendo de exigir a presença física do paciente ou de um representante para marcar a consulta. Insiste algum deputado em dizer que não é verdade e eu insisto em dizer que estamos todos os dias enfrentando filas. Mas trago agora, para que acabe a dúvida, um documento provando o que estou dizendo, deputado Antônio Aguiar, v.exa que tem se mostrado revoltado quando falo sobre isso.

Está aqui o documento da Gerência de Complexos Reguladores da secretaria de estado da Saúde. Diz aqui o seguinte: "Informamos que a partir do dia 06/01/2014, as unidades hospitalares abaixo relacionadas assumirão o agendamento dos retornos."

Se elas estão assumindo é porque o sistema de marcação *on-line*, não vai marcar. E inúmeras as entidades: Instituto Cardiologia de Santa Catarina; Hospital Regional São José; Hospital Governador Celso Ramos; Hospital Infantil Joana de Gusmão. E ainda coloca as unidades que já adotam esse procedimento desde a implantação do Sisreg, ou seja, aquelas que já faziam isso antes de janeiro: a Maternidade Carmela Dutra, o Hospital Santa Tereza, o Centro de Reabilitação, o Hospital Nereu Ramos e o Hospital Florianópolis.

Então, onde está a secretária Tânia, a sua equipe, a gerência da Saúde? E quem defende esse

governo fala em romper a coligação, mas não adianta romper a coligação se é para fazer essa desumanidade que estão fazendo com o povo catarinense. Exigir a presença física na madrugada para marcar retorno de consulta, que pode ser feito pelo sistema on-line! As pessoas estão saindo de São Miguel d'Oeste, de Caçador, de Concórdia para enfrentar as filas na madrugada aqui, e, às vezes, nem conseguem marcar a consulta!

É só mudar isso, secretária Tânia, governador Raimundo Colombo, a base de apoio ao governo. É só mudar isso e adotar a remarcação pelo sistema Sisreg. Não façam essa desumanidade com a população catarinense!

Fiz questão de trazer este documento para tribuna, porque cada vez que estamos falando nisso vem alguém dizendo que não, que não é assim, que estão marcando, sim, pelo sistema *on-line*. Não estão marcando os retornos pelo sistema Sisreg. Está demonstrado aqui, está documentado, está assinado pela sra. Marli, do Centro Estadual de Regulação, sra. Carla Marisa, coordenadora do Complexo Regulador e o sr. Geraldo, gerente do Complexos Reguladores, Documento timbrado, estado de Santa Catarina, secretaria de Estado de Saúde, Gerencia de Complexos Reguladores.

Eu espero que agora partam para outra etapa, chega de negarem a verdade. Agora tem que resolver. É isso que esperamos, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.